

Plantão Psicológico em Unidades de Internação da FEBEM/SP: Resgate da Subjetividade

Área Temática de Saúde

Resumo

Elaborado a partir da experiência em projetos de extensão universitária do Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica e Existencial do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, este artigo pretende apresentar o Plantão Psicológico como metodologia interventiva, ou seja, como ação cartográfica e de investigação realizada através do olhar e da escuta clínica do psicólogo. Em unidades de internação da FEBEM em São Paulo, onde o viver instituído e o grupal atravessam, transpassam e segregam o viver individual e/ou subjetivo, o Plantão Psicológico revela-se para adolescentes e funcionários como um momento de resgate de subjetividade e cidadania, ou seja, uma ação política e social no exercício de falar e ouvir.

Autores

Heloisa Antonelli Aun – Mestranda/USP

Marcelo Callegari – Mestrando/USP

Natália Felix de Carvalho Noguchi – Mestranda/USP

Henriette Tognetti Penha Morato - Professora Doutora IPUSP

Instituição

Universidade de São Paulo - USP

Palavras-chave: FEBEM; plantão psicológico; subjetividade

Introdução e objetivos

A ciência e a tecnologia, altamente desenvolvidas, têm privilegiado suas descobertas para além do homem como sujeito de destinação de suas conquistas. Transformaram-no em consumidor de saúde e educação, indo na corrente contrária da ética que originariamente as consagrou (FIGUEIREDO, 1995). Numa dinâmica social pautada por essa mesma moralidade, nota-se a marginalização de alguns grupos, excluindo-os de usufruir diversos benefícios e direitos, há muito já conquistados pela sociedade. Neste contexto, as questões da juventude aparecem de forma desarticulada e fragmentada no contexto das políticas públicas brasileiras. Tal situação reflete-se nos indicadores de áreas vitais, como a saúde, a educação, o trabalho, apontando um grande contingente de jovens sem condições mínimas para enfrentar os desafios dos novos tempos. Apesar do exercício de legislação que garante seu desenvolvimento, proteção e cuidado, como o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) a partir de 1990, cada vez mais adolescentes atuam como agentes de violência que, diante da descrença, encontram na vida do crime a transgressão como via de escape.

O ECA marcou uma profunda mudança no que diz respeito às questões legais concernentes a essa população. É considerado adolescente, no Brasil, todo e qualquer cidadão de 13 a 17 anos e 11 meses. Ao se referir a adolescentes autores de ato infracional, o ECA define infração como uma conduta descrita como crime ou contravenção penal e coloca como necessária a aplicação de medidas sócio-educativas. O adolescente é considerado imputável e as medidas variam entre obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade,

liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade ou internação em estabelecimento educacional. Assim, o ECA busca contemplar, em suas leis, o acesso à educação, trabalho, condições sócio-econômicas favoráveis ao desenvolvimento.

A internação, segundo a seção VII do ECA, constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento em que se encontra o adolescente. Desta forma, verificada a prática de ato infracional, essa medida só pode ser aplicada quando se tratar de ato infracional grave, reiteração no cometimento de outras infrações graves ou quebra de medida anteriormente imposta. O adolescente permanece na internação por, no máximo, três anos e o cumprimento dessa medida deve se dar em estabelecimento exclusivo para adolescentes e obedecer a critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. A FEBEM é ainda responsável pela educação regular, profissionalização, realização de atividades culturais, esportivas e de lazer para os adolescentes internos.

É neste contexto que este trabalho se insere, visando uma ação profissional como expressão política e de responsabilidade social. Procura compreender como uma prática psicológica pode promover resgate de subjetividade de atores dessa instituição.

Em 2003, a direção de um dos complexos da FEBEM/SP, procurou o Laboratório de Estudos e Práticas em Psicologia Fenomenológica e Existencial (LEFE/IPUSP), buscando implantar ações na prática sócio-educativa e reinserção social de adolescentes. Uma equipe de psicólogos, alunos de graduação e pós-graduação, coordenada pela Profa. Dra. Henriette Morato, desenvolveu uma cartografia institucional, a fim de conhecer a instituição pela visão de seus atores, orientando-se para esclarecer sua real demanda, que poderia ser diferente do pedido trazido pela instituição. Nesse sentido, durante o período de cartografia, tínhamos, como perspectiva norteadora, uma atitude de reconhecimento da rotina institucional, para poder aproximar, o máximo possível, as atividades que proporíamos ao cotidiano da instituição, sem interferir maciçamente nessa rotina. Assim, nesse período, os alunos realizaram visitas às unidades dessa instituição, familiarizando-se com as dinâmicas próprias de cada uma, com os adolescentes internos, com o corpo de funcionários, atentos às relações entre esses atores.

Numa atitude investigativa, as demandas começaram a surgir espontaneamente. Os pontos de referência para nossa intervenção eram a constância, a presença e o que denominamos de “esfregação”: permitir-se conhecer e dar-se a conhecer. “Assim como o corpo assimila e retém as diversas diferenças vividas durante as viagens e volta para a casa mestiçado de novos gestos e de novos costumes, fundidos nas suas atitudes e funções a ponto de fazê-lo acreditar que nada mudou para ele, também o milagre laico da tolerância, da neutralidade indulgente, acolhe, na paz, todas as aprendizagens, para delas fazer brotar a liberdade de invenção e, portanto, de pensamento” (Serres, 1993, p. 13). Nessa perspectiva, a cartografia surge como uma possibilidade de inserção no contexto da unidade, dele passando a fazer parte pela presença compartilhada, propiciando a criação de aproximação e confiança pelo esclarecimento da demanda. A equipe do LEFE, recolhendo e compartilhando a experiência ouvida, mestiçou-a a sua própria experiência para, assim, poder recontá-las, considerando-se que profissionais de psicologia têm, em si mesmos, seu mais importante instrumento de trabalho. Duas atitudes foram essenciais no momento de conhecer as unidades e seus atores: ver e ouvir, que “não se expressam através da emissão de juízos nem interpretações; ao contrário, constituem-se como elementos fundantes de reflexão, traduzindo-se por interrogações investigativas visando uma compreensão que se expressa na forma de relatos descritivos da situação experienciada” (Morato, 1999, p. 431). Nesse primeiro momento, pudemos perceber não só características do funcionamento da instituição, mas também o modo como nela ocorrem as relações, além de perceber a institucionalização do sujeito que uma internação acarreta.

Em uma unidade de internação, os adolescentes ficam segregados da sociedade por tempo indeterminado, porém limitado ao máximo de três anos. Já no momento de sua entrada na FEBEM, via unidade de atendimento inicial temporário, o adolescente passa por alguns procedimentos, aprendendo certas “normas da casa”, regras de conduta criadas por funcionários ou pelos próprios adolescentes internos, todas visando controle e poder. Tal “estado de ordem” é observado por Goffman (1961, p. 50) como um “conjunto relativamente explícito e formal de prescrições e proibições que expõe as principais exigências quanto à conduta do internado. Tais regras especificam a austera rotina diária do internado”. Muitas vezes, essas normas de conduta levam os adolescentes a ocupar posições de submissão, pelas quais torna-se necessário rebaixar-se, desde sua entrada, a ponto de serem obrigados a dizer “senhor” a todo o momento e pedir para serem atendidos em pequenas necessidades, como ir ao banheiro ou usar papel higiênico. Conforme relatado por Nascimento, Cruz e Pontes (2004, p. 23), os funcionários explicam as “normas da casa” no momento da chegada, “sempre para andar com as mãos para trás e a cabeça baixa e pedir licença a todos os funcionários”.

Sua identidade, composta pelo seu modo de vestir, de falar, seu papel na família e na sociedade se perde, na medida em que, além da barreira com o mundo externo, o adolescente passa por um certo enquadramento: corte de cabelo, utilização de uniforme e de produtos fornecidos pela instituição. Por outro lado, as regras impostas pelos próprios adolescentes entre si, como leis de conduta e convivência, podem ser até mesmo mais rígidas, padronizando-os em seu modo de falar, gesticular e, até mesmo, de pensar. Assim, por todos os lados, por dentro e/ou por fora, o eu do adolescente é mortificado, ainda que essa não seja a intenção diretamente comunicada.

Nas unidades de internação, as atividades têm horários e seqüência determinados, sendo realizadas em grandes grupos e com tratamento similar. Constituem-se, portanto, num exemplo do que Goffman (1961, p.11) denomina instituição total: “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. Esse tipo de funcionamento facilita a organização e o controle: se uma infração é cometida, logo ela é percebida, ressaltando a necessidade de obediência e o caráter de vigilância constante.

Os adolescentes são instrumentos de uma disciplinarização constante, o que torna o comportamento visível e passível de controle e poder. Segundo Foucault (1987), as disciplinas aparecem como métodos que, numa coerção ininterrupta e constante, possibilitam uma manipulação calculada de gestos e comportamentos. São técnicas que definem uma certa microfísica do poder, arranjos sutis e de aparência inocente. Nessa perspectiva, o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue, pelo jogo do olhar, um aparelho, pelo qual técnicas, que permitem ver, induzam a efeitos de poder e, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. Podemos, então, falar em uma instituição disciplinar e que adquire a forma geral do que Foucault (1987) compreende por panoptismo – uma rede de dispositivos sempre alerta, um esquema de vigilância generalizada, tanto por parte de funcionários quanto por parte de adolescentes, revelando a moral perversa da instituição.

A FEBEM, portanto, educa de forma a coagir os indivíduos a partir de um sistema total, em que as ações são conduzidas e administradas. Desse modo, impõe-se a vigilância para que as condutas dos internos possam ser descritas em um relatório encaminhado, posteriormente, ao juiz responsável pela sentença. Esse sistema faz com que o adolescente tenha que se adaptar, utilizando os mais diversos recursos para isso. Goffman (1961) descreve como algumas condutas possíveis entre outras: o afastamento da situação, em que o interno deixa de dar atenção a tudo; a tática da intransigência, em que o interno desafia a instituição e se nega a cooperar com a equipe dirigente; a colonização, em que o estabelecimento de

internação é considerado total e pleno, no qual o interno pode levar uma vida relativamente estável e satisfatória. Enquadrado e padronizado pelo modo de atuação da instituição, pelo qual o tempo de internação é preenchido por atividades ocupacionais, conduz o interno à sensação de que esse tempo é um tempo perdido.

Contudo, não são somente os adolescentes que estão submetidos a um tal sistema de confinamento em normas e padrões uniformizantes. Em uma unidade de internação, também os funcionários de pátio, por trabalharem em turnos, acabam sendo “enquadrados” ao permanecerem grande parte do seu tempo dentro da unidade, convivendo em um ambiente hostil e de risco iminente. Torna-se explícita a precariedade de tais condições de trabalho na FEBEM. Como forma de subsistência e escape a elas, os próprios funcionários, submetidos a uma institucionalização muito semelhante à do interno, assumem, por vezes, alguns dos comportamentos acima citados, expressos nos modos de gesticular e no uso da “gíria” dos adolescentes.

Metodologia

A prática (práxis, do grego *prassein* = passar através, significa ação, fazendo; refere-se à prática, ou seja, perseguir uma atividade ativamente, com ação voluntária e decisões éticas, *éthikos*, princípios e condutas pelos quais um indivíduo ou grupo age) do Plantão está fundamentada, principalmente, no Aconselhamento Psicológico. Segundo Schmidt (1987, p.7), a função do conselheiro “dispõe-se no modo do acolhimento que permite explorar, com o cliente, não apenas a chamada queixa, mas também a forma mais adequada de lidar com ela (por dirigir-se à demanda)”. Supõe uma ação de duas ou mais pessoas voltadas para a consideração de algo, examinando com atenção, olhando com respeito e cuidado. Dessa forma, aconselhar (do latino *conciliare*, a *consilium*, significa com/unidade, com/reunião), é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada.

Para CARDOSO (1997, p. 173), o “contato com o relato da narrativa pode produzir uma ‘experiência de leitura’ que se constrói valendo-se da repercussão que provoca naquele que a lê. Essa repercussão é possibilitada por outras ‘experiências de leitura’ e é fundando-se nela que alguns traços essenciais podem ser retidos. Uma nova articulação deles permite outras ressignificações”. Descontextualizadas de uma referência histórica específica da pessoa que narra, pode carregar falta de sentido. “O conselho e conseqüentemente a narração supõem uma temporalização que rompe com o tempo do imediatamente presente e do existente, possibilitando uma singularização do sujeito” (CARDOSO, 1997, p. 176).

Tomando por referência práticas tradicionais em Psicologia e à medida que a demanda foi tomando corpo, esse movimento de conhecer os atores e dar-se a conhecer a eles possibilitou a criação de uma outra forma de atendimento. Em um lugar onde tudo é alvo de vigilância e controle, propusemos um espaço em que adolescentes e funcionários pudessem refletir sobre suas experiências sem a ameaça de relatórios, denúncias, críticas e juízos de valor. “Por suas ações e pela revelação daquilo que faz (discurso), o homem revela quem é. (...) Pela revelação da ação, o homem faz sua história e mostra sua identidade pessoal e singular” (Morato, 1999, p. 435).

Se, como diz Goffman (1961), após o processo de mortificação pela qual passam os internados, “a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida” (p. 31) e essa “mortificação ou mutilação do eu tendem a incluir aguda tensão psicológica para o indivíduo” (p. 49), a proposta de Plantão Psicológico surgiu como a idéia de criar um espaço para que adolescentes e funcionários recebam acolhimento e possam re-significar sua experiência. Ou seja, essa prática poderia ser utilizada como uma metodologia interventiva de pesquisa em ação.

O Plantão Psicológico estrutura-se, num número fixo de horas semanais, pela disponibilidade de psicólogos prontos a oferecer atenção psicológica à população que circula na instituição a qual está inserido. É uma modalidade da prática psicológica que se mostrou eficaz no atendimento à comunidade no momento da emergência de qualquer questão que o usuário considere necessária para cuidar, um espaço abrangente e flexível de acolhimento e reflexão do sofrimento humano, atentando à sua experiência numa dada situação, sem focar o que é trazido pelo sujeito como um “problema”. Nesse sentido, ao percebermos a demanda por um espaço de acolhimento e escuta nas unidades de internação, marcamos um horário e um dia na semana para estar presentes, disponíveis, atentos e acolhedores.

Embora a rotina de uma unidade de internação seja rigidamente controlada, o risco de um acontecimento inesperado é constante e iminente, tornando-se comuns as situações de imprevisibilidade. Dessa forma, a constância é um dos aspectos por nós priorizados; em primeiro lugar, para estabelecer uma presença que possibilite a confiança, além de criar uma ambiência propícia para que inconstâncias e imprevistos possam ser contemplados. A presença, no pátio, de estagiários e psicólogos (supervisores de Plantão), propicia a possibilidade de que adolescentes e funcionários os procurem a qualquer momento para uma “conversa informal”. Sendo a FEBEM um local onde a sobrevivência é algo a ser cuidado, a escuta atenta de narrativas de experiência possibilita uma retomada da história pessoal, uma contextualização das condutas e a reflexão sobre as escolhas.

Morato (1999a) discute o Plantão Psicológico numa instituição como que envolvendo três realidades: a da instituição que o oferece, a do profissional que atende e a do cliente – este último já exposto acima. No que se refere ao primeiro nível de realidade, cabe à instituição garantir a sistematização do serviço, garantindo a presença do plantonista, num lugar e horário pré-determinado. No segundo nível, devemos ressaltar a importância do papel que o plantonista exerce ao entrar na instituição; mais do que apenas colocar-se à disposição de funcionários e adolescentes no pátio, a disposição do plantonista é a de estar em situação de plantão ao entrar na instituição. O fato de haver um local e um horário estabelecidos é para nós um elemento colaborador bem como é colaborador para a instituição na organização do trabalho, configurando os enquadramentos necessários à nossa atuação; entretanto, é a atitude disponível e atenta de plantonista que garantirá a realização do trabalho propriamente dito. Em outras palavras, é a disponibilidade do plantonista que melhor caracteriza o Plantão Psicológico na FEBEM. Deste modo, em cada unidade o Plantão tinha uma forma específica de acontecer: a realidade institucional de cada “casa” determinava os espaços, no sentido amplo do termo, em que essa prática poderia ser exercida; em cada unidade, havia uma rotina própria; em cada rotina, havia várias limitações. Pelos acordos entre os plantonistas e a Unidade, foi sendo possível ao Plantão cavar uma brecha para que a atuação fosse possível: para cada particularidade institucional, era necessário uma ação particular que o adequasse às lacunas abertas da instituição.

Devemos frisar que por essa compreensão de Plantão Psicológico não entendemos apenas um método de atuação profissional. Mais do que isso, o Plantão Psicológico é ação profissional ao mesmo tempo em que investigativa. À medida que as visitas foram sendo realizadas, o Plantão também ia sendo configurado e realizado, revelando que não era preciso um primeiro momento delimitado de cartografia para, apenas então, optar por um modo de intervenção. Pelo contrário, compreendemos que o Plantão é ao mesmo tempo cartografia e intervenção. Nesse sentido é que dizemos que, por essa maneira de compreender a intervenção institucional, o modo como os plantonistas foram descobrindo os caminhos pelas quais poderiam atuar assemelhou-se ao trabalho do cartógrafo, ou seja, marcando “sua pele através dos encontros que faz em sua peregrinação” (MORATO, 1999b, p.63). O plantonista carrega consigo as marcas da instituição, que lhe permitem não apenas mapear o local de atuação, mas também lhe indicar os caminhos para a própria atuação. Cada Plantão oferecido

acaba sendo único e peculiar, apesar da constância do local e do tempo, revelando uma disponibilidade para encontrar-se com o não-planejado e com a possibilidade de que tal encontro possa vir a ser único.

Em uma instituição em que predomina a coerção, a uniformidade e a homogeneização, o Plantão Psicológico estabelece uma tensão, mostrando uma outra possibilidade de atuação da Psicologia para com adolescentes autores de ato infracional e funcionários. Ancora-se na ótica de que é “com base nesse tipo de transmissão [referindo-se à narrativa] que ressignificações podem ser construídas e que uma história pode ser retomada em outras direções” (CARDOSO, 1997, p. 178). Não se trata, portanto, de um encontro com uma finalidade específica de conscientização ou de transmissão de valores. O Plantão Psicológico permite que, a partir do momento em que compartilha sua história com o psicólogo, o cliente possa abrir-se a possibilidades de escolha e decisão quanto às direções a seguir adiante. Como aponta CAUTELLA JR. (1999, p. 167-8), no Plantão “o que se deseja é que o cliente perceba-se inserido no mundo e passe a compreender suas questões e sintomas não mais dissociados do geral, e, sim, como parte integrante desse todo”.

Resultados e discussão

Nas unidades de internação da FEBEM/SP, há grande rotatividade da população de adolescentes. Sendo assim, é difícil estipular o número de jovens que entraram em contato com os estagiários do Plantão. Porém, estima-se que, devido ao aumento da quantidade de estagiários, cerca de 70% dos adolescentes tenham sido atendidos.

Possibilidade de proporcionar um espaço de escuta e acolhimento que não envolve elaboração de relatório, julgamento ou vigilância - usualmente empregado como técnica psicológica -, resultando em uma relação de confiança de outra forma. Assim, no momento em que a unidade passava por momentos de tensão, houve compreensão, por parte dos adolescentes, no que se referiu à suspensão do plantão - dados os riscos a que os estagiários seriam submetidos.

Através da constância e da presença, percebeu-se que os adolescentes informam aos recém-chegados o serviço oferecido e recomendam que estes se encaminhem ao Plantão em momentos de angústia.

Devido à situação de instabilidade pela qual passou a unidade Nogueira, houve maior proximidade entre o grupo de estagiários e a direção e coordenação da unidade, para que fossem discutidas as dificuldades e responsabilidades do trabalho na FEBEM. Além disso, foi possível oferecer acolhimento para esses funcionários, que passaram por momentos de tensão. Ao usufruir o espaço de escuta através do Plantão, alguns funcionários de pátio não só buscaram atendimento como foram encaminhados para psicoterapia individual.

A partir da mudança de direção e do corpo de funcionários da unidade, foi possível rediscutir a inserção dos estagiários e psicólogos na unidade.

Com isso, abriu-se um espaço também para trabalhos com o corpo técnico da unidade, que posteriormente se estendeu às três outras unidades do Complexo com a criação de projeto de acompanhamento psicológico aos internos com determinação judicial sob supervisão de apoio da equipe da USP.

Resultados não previstos e atingidos

A rivalidade, por vezes existente em algumas unidades, entre adolescentes e funcionários diminuiu na medida em que todos os estagiários se dispunham a ouvir as duas partes. Isto pôde ser percebido dado o fato de um grupo recomendar ao outro o encaminhamento ao Plantão. Além disso, nota-se o respeito existente no momento de um atendimento - enquanto uma pessoa é atendida e tem uma conversa em particular com um estagiário, outras pessoas se afastam, para garantir-lhe a privacidade.

Da mesma forma, a tensão entre plantonistas que atendiam funcionários e adolescentes diminuiu consideravelmente. A circulação pelo pátio era tranqüila e a supervisão pôde ser realizada em conjunto, na medida em que não eram mais dois grupos distintos.

Devido a uma situação de tensão em duas unidades do Complexo, foi possível pensar um Plantão emergencial para funcionários, realizado por estagiários. A partir da oferta deste espaço, os funcionários e a direção puderam se sentir acolhidos e foi possível repensar as estratégias de atuação dentro das unidades.

Principais dificuldades encontradas:

O clima de agitação constantemente presente nas unidades fez com que fosse necessário suspender o Plantão algumas vezes no ano. Além disso, a ocorrência de rebeliões (fato inédito desde o início do trabalho) criou entraves, dada a tensão no pátio. Foram necessárias conversas com a direção, discussão em supervisão e algumas visitas de menor duração para que o trabalho fosse, aos poucos, retomado.

Essas rebeliões contribuíram, também, para a ausência de funcionários, seja porque faltavam, seja porque estavam de licença. Assim, muitas vezes o pátio se mostrou um ambiente muito pouco seguro.

O modo agressivo e ameaçador com que alguns adolescentes se dirigiram aos plantonistas criou constrangimentos e situações em que se fez necessário a retirada dos plantonistas do pátio com a interferência do supervisor de campo.

A tensão das unidades no meio do primeiro semestre era tal, que ocorreram “avisos”, por parte dos adolescentes, para que a equipe não comparecesse ao plantão, pois corria riscos. Se, por um lado, isso reflete o funcionamento da instituição, com sua falta de constância e previsibilidade, também demonstra a confiança e o vínculo existente entre os adolescentes e os plantonistas. “Aviso” semelhante ocorreu por parte dos funcionários, o que marca a preocupação destes com a segurança da equipe.

Conclusões

SCHMIDT (1999, p. 99) comenta como o Aconselhamento Psicológico – e como uma de suas modalidades, o Plantão Psicológico – caracteriza-se por estar em uma região de fronteira, ou seja, “é o esforço de responder às demandas por ajuda psicológica através de uma compreensão psico-sociocultural destas demandas e, ao mesmo tempo, através da potencialização de recursos psicossociais presentes na clientela”. Desta forma, o Plantão Psicológico pode mostrar-se como uma modalidade de prática psicológica atenta ao cuidado e ao desamparo através de uma intervenção clínica socialmente contextualizada.

Saindo dos muros da universidade, somos um grupo de profissionais e alunos de Psicologia dispostos a criar novos modos de se fazer Psicologia, levando serviços à comunidade, priorizando aqueles que não teriam acesso a esses dispositivos. Como diz MORATO (1999, p.61-62), “para dar significado ao trabalho realizado, implica cumplicidade implicitamente pactuada por intenções partilhadas, construindo uma práxis coletiva. Somos uma equipe, nesse sentido: equipe de trabalho, com troca intensa, na qual idéias, palavras e ações de outros são incorporados numa tentativa de melhor expressar e dar forma significativa ao que vem sendo experienciado”. Temos como norteadores de ação o fato de que a universidade é produtora de conhecimento, que deve ser posto à disposição da comunidade e para a formação do psicólogo como agente social de mudança. Desse modo, nosso trabalho, via Plantão Psicológico na FEBEM, constitui-se em exercício de cidadania pelo resgate do direito de falar e ouvir: a subjetividade de seus atores institucionais.

Referências bibliográficas

- CAUTELLA JR., Walter. Plantão Psicológico em instituição psiquiátrica. In: MORATO, H.T.P. Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa: novos desafios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- CARDOSO, Irene. A narrativa silenciada. In: CARDOSO, I. (org.) Utopia e mal-estar na Cultura: Perspectivas Psicanalíticas. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1961.
- FIGUEIREDO, Luiz Cláudio Revisitando as Psicologias: Da Epistemologia à Ética nas Práticas e Discursos Psicológicos. São Paulo: EDUC; Petrópolis: Vozes, 1995.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MORATO, Henriette Tognetti Penha. Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa – Novos Desafios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- NASCIMENTO, Luís Pereira do; CRUZ, Darcy Vitorino da; PONTES, Rogério Gimenes de. Ingresso para a FEBEM. São Paulo: Nova América, Labortexto, 2003.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval Aconselhamento Psicológico. In: ROSENBERG, R. L. (Org) Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa. São Paulo: EPU, 1987.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval Aconselhamento Psicológico e Instituição: algumas considerações sobre o Serviço de Aconselhamento Psicológico do IPUSP. In: MORATO, H.T.P. Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa: novos desafios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- SERRES, Michel. Filosofia Mestiça. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.